

OPINIÃO

CORREIO BRAZILIENSE

Congresso

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Oswaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Ao trabalho!

Há expectativa generalizada de que a reabertura das atividades do Congresso hoje finque um marco entre as enormes frustrações do passado recente e uma vontade efetiva de trabalhar, de garantir reformas capazes de desatar os impasses políticos, econômicos e sociais do país. Elaborada antes dos tremores ideológicos que sacudiram o mundo desde então, a jovem Constituição de 1988 logo se converteu em verdadeiro fóssil político.

O desmoronamento do Muro de Berlim, o malogro do modelo socialista de planejamento central da economia, a desintegração política da extinta União Soviética e a conversão dos países do Leste Europeu ao regime democrático recriaram o panorama internacional. A nova realidade removeu como entulho impréstável o figurino nacionalista, que se estabeleceu no Brasil desde a década de 40. A Assembléia Constituinte de 1987, todavia, consagrou no texto da Carta instituições obsoletas, carregadas de preconceitos contra a cooperação dos capitais externos e acorrentadas a ideologias exaltadoras do papel do Estado na sociedade.

A convocação de um Congresso Revisor, conforme previsto no Artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, malogrou em sua tarefa específica de modernizar o texto constitucional. E semelhante fracasso agravou as condições de governabilidade do país. Hoje, reformas constitucionais de envergadura se impõem como suportes pa-

ra reconciliar o país com um modelo de ordem política, social e econômica apto a conduzi-lo ao desenvolvimento e a novos estágios de bem-estar social da população.

É da responsabilidade do Congresso que hoje se instala, para cumprimento de uma nova legislatura, juntar-se ao presidente Fernando Henrique Cardoso na tarefa de remover da Constituição tudo aquilo que impeça o Brasil de tornar-se um país viável. Não se trata de um compromisso vinculado a programas à esquerda ou à direita do espectro ideológico. Trata-se de construir a engrenagem político-institucional indispensável à movimentação dos instrumentos do progresso, pela incorporação de uma ordem econômica afluyente, de um Estado liberto de atividades estranhas à sua competência, de um sistema fiscal-tributário racional e da extinção de privilégios incompatíveis com justiça social.

É indispensável, portanto, compreender que as reformas constitucionais situam-se acima dos interesses partidários. São aspirações da sociedade que se tornaram visíveis com a aprovação nas urnas de um programa que, filiado aos interesses da maioria do povo, sequer foi preciso submeter-se ao segundo turno da eleição presidencial. O Congresso pode e deve debater todas as propostas reformistas e, se possível, aprimorá-las. Seria catastrófico, porém, se as atropelasse com emendas recolhidas à arqueologia política.